

**TERRA DE VERA CRUZ, BRASIL****Renata Geretti de Souza¹**

GUIMARÃES, Eduardo. Terra de Vera Cruz, Brasil. In, *Origens & Identidades*, nº 4, julho agosto 1992 – Ano 86 – Volume 86 (LXXXVIII). Cultura Vozes, São Paulo, 1992.

O Semanticista Eduardo Guimarães apresenta no texto, **Terra de Vera Cruz, Brasil**, uma análise enunciativa dos nomes que nomearam o Brasil. As análises nos revelam como esses nomes designam o país ao serem enunciados, são sentidos plurais que passam a significar o Brasil, i.e., a dizerem sobre o Brasil, no seu funcionamento. O texto apresenta, de forma peculiar e precisa, como se dá o processo de constituição da nomeação do país a partir das histórias dos nomes que o nomearam. Para tanto, o autor se coloca no lugar analítico de semanticista tomado por uma posição enunciativa, lugar que disciplina e sustenta os procedimentos interpretativos de suas análises semântico-enunciativas.

Já na fase introdutória do texto, Guimarães nos remete a um extrato conciso da narrativa que diz da história do descobrimento e de colonização do Brasil. Nos mostra com sutileza única, como aqueles enunciados, ditos durante o acontecimento histórico que marca a chegada dos europeus na América do Sul permanecem vivos nos dizeres de hoje, ou seja, ainda significam nos enunciados que fazem referência a estas narrativas hoje. O autor aponta, a partir das análises enunciativas, para as narrativas das histórias do Brasil, para mostrar que ainda significam nos enunciados que hoje dizem sobre o brasileiro, especificamente, as narrativas que tratam da nomeação do país, estas carregam consigo, desde sua descoberta, a relação de origem de uma nacionalidade dos que aqui nasceram, ou seja, o nome no processo de nomeação, ao funcionar, produz o efeito semântico constitutivo do ser brasileiro (as marcas que identificam a identidade do povo brasileiro).

O autor apresenta um relato sintético das histórias dos nomes que nomearam o Brasil. Primeiro, descreve o acontecimento de Pedro Álvares Cabral, ao nomear o lugar quando aqui chegou, segundo ele, Cabral o faz de um modo que particulariza a terra achada: Terra (nome genérico) de Vera Cruz (particularização do genérico); já o rei D. Manuel, também nomeia o lugar de modo que particulariza o nome da colônia ao comunicar a descoberta aos reis católicos, referindo à terra descoberta como: Terra de Santa Cruz. Anos mais tarde, o país passa a ser chamado de Santa Cruz do Brasil; e por fim, por um procedimento metonímico, a nomeação, entre os comerciantes do pau Brasil, passa a chamar o lugar de Terra do Brasil. Em seguida a nomeação perde o nome genérico terra e o lugar passa a ser referido apenas por Brasil.

Guimarães divide o texto em três partes. A primeira, denominada *A Vera e Santa Cruz*, nos mostra que o termo usado por Cabral para nomear o Brasil é descritivo, pois tem como base o que encontra (*ilha, terra*), acrescentando uma determinação (*vera cruz, santa cruz*). O autor nos diz que essa particularização (Vera Cruz, Santa Cruz), que especifica o nome

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras pela universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres.



do país, de quando Cabral o nomeia, está relacionada à ligação política do Estado Português com a Igreja Católica, as análises enunciativas desenvolvidas pelo autor mostram que apesar de a nomeação se apresentar como descritiva, o funcionamento de nomeação não significa a descrição do lugar, não se trata de uma simples descrição da terra encontrada, o processo de nomeação ao ser enunciado por Cabral se constitui a partir do lugar de dizer da representação indissociável do político-religioso entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica. Ao comunicar o “descobrimento” da nova terra aos reis espanhóis, o rei D. Manuel usa de um nome que segue o mesmo procedimento de formação nominal utilizado por Pedro Álvares Cabral, o Rei nomeia também, do lugar da representação política-religiosa, mas, neste caso, a nomeação é oficializada do lugar máximo da monarquia lusitana, ela é enunciada pelo próprio Rei. Ao mesmo tempo Guimarães faz uma apologia comparativa do nome do país (para mostrar a presença do interdiscurso religioso), com a cruz de Cristo, a Vera Cruz, na qual o Messias foi pregado, ou seja, a cruz e santa enquanto parte do nome significa o lugar religioso daquele que nomeia, o nome cruz, e santa significa a história cristão do messias do cristianismo, ou seja, a verdadeira cruz em que Jesus foi crucificado, assim o autor argumenta no sentido de que o nome dado ao país não foi uma simples descrição do momento em que se nomeou o lugar, a nomeação incide do lugar sócio-histórico que afeta o sujeito que enuncia o nome.

Na segunda parte, intitulada A Terra do Brasil, o semanticista apresenta um embate sobre os sentidos que constroem as histórias do nome Brasil, um confronto determinado por lugares sociais de dizer sobre a nomeação, no qual de um lado apresenta a representação do lugar da Coroa Portuguesa e do outro, a representação do lugar dos comerciantes de pau-brasil.

Guimarães mostra como a prática econômica desenvolvida no lugar vai construindo, por um processo metonímico a nomeação do lugar. Aquilo desenvolvido pelos comerciantes, a extração da madeira pau-brasil na relação de referência com o lugar passa a significar um nome ao lugar, o Brasil é então o lugar da madeira vermelha.

Ainda, o autor nos apresenta nesse texto, uma referência a Joaquim Ribeiro e João Ribeiro, a fim de mostrar que o processo de nomeação do Brasil carrega outras histórias, esta nomeação do país é fruto de uma colisão homônima de brasil (que se refere à madeira) e Brasil (*de Braxir ou Hy-Bresail, uma lendária ilha de fogo, para os celtas, e que passou para o folclore dos navegadores do Atlântico*), essa consideração abre também o lugar que semantiza por um processo metafórico, a relação da nomeação pelos navegadores do Atlântico como a terra do fogo e o Brasil, a terra da madeira vermelha e a terra do fogo.

Guimarães mostra, nesta segunda parte do texto, que a nomeação do Brasil é efeito de uma série de discursos, de lugares distintos, como a relação dos comerciantes, bem como a dos lendários navegadores celtas, como também a do folclore dos navegadores do Atlântico.

As análises permitem ao autor mostrar que tais mudanças na nomeação do país não muda o objeto nomeado, no entanto, ao mudar as posições enunciativas no acontecimento de nomeação, o nome movimenta relevos que produz efeitos de sentido polissêmicos aos nomes que refere o lugar, são posições tomadas enquanto agenciamento de linguagem que passam a produzir deslocamentos que semantizam diferentemente àquilo que é enunciado.

Por fim, a terceira e última parte, Santa Cruz e Brasil, traz consigo a explicação de um termo que o Papa fez ao referir-se ao Brasil (“O Brasil é a Terra de Santa Cruz” e “A Terra de Santa Cruz é o Brasil”), de modo que este enunciado traz como memorável a narrativa que conta da nomeação do lugar pelos portugueses quando aqui chegaram, a significação de sua



história de nomeação ainda está presente em sua História, mesmo que “Santa Cruz” tenha sido silenciado enquanto nome do Brasil, mas, ainda assim se move, significa.

Ao concluir as análises, Guimarães enfatiza que o Brasil de hoje, não é o mesmo Brasil de quando foi “descoberto”, nem no nome, nem em sua extensão territorial, bem como é notável as mudanças políticas e geográficas, se por um lado, essas mudanças, constitutiva do ser Brasil, não apagaram suas características iniciais como: a religião (a católica prevalece, exercendo assim, a Igreja, um papel de suma importância e relevância, com força decisiva e específica em relação ao poder), e o extrativismo, o lugar é a terra de onde se leva algo. Por outro, as características que marcam esse Brasil abrem a latência de futuridade que constrói o Brasil que significa hoje.